

# Comerciante abria valas para pôr cerca

O terreno destinado à construção do TaguaPark voltou a ser alvo de invasores. Desta vez, para abrir valas destinadas a postes de cerca em uma área de aproximadamente 10 mil m<sup>2</sup>, próxima à Colônia Agrícola de Samambaia. O terreno foi demarcado com pedaços de madeira, como se ali existisse um loteamento.

Um morador, que preferiu não se identificar, temendo represálias, acusou o comerciante Janduir Ferreira da Silva de estar ocupando uma área pública. E o caso foi parar na 12<sup>a</sup> Delegacia de Polícia (Taguatinga Centro), que está investigando o assunto.

Essa não é o primeiro caso de parcelamento irregular de terra no local. No dia 15 deste mês, moradores denunciaram a derrota de cerca da Terracap (Companhia Imobiliária de Brasília), durante a madrugada. O trabalho estaria sendo feito por grileiros. A cerca foi refeita pelo órgão do GDF dias depois.

Além das valas, os moradores encontraram uma estrada de terra aberta no meio do mato, que serviria de acesso às novas residências. A Administração Regional de Taguatinga admite que começou a terraplenagem do terreno, mas suspendeu a construção depois de recomendação da Polícia Militar, pois a via serviria de desvio para a EPTG (Estrada Parque Taguatinga-Guará), podendo ser utilizada por criminosos e motoristas irregulares para não passar pelo posto policial.

Dono da nova obra no TaguaPark, o comerciante Janduir garante ser o proprietário do terreno. "Comprei a terra de tercei-

ros. Tenho todos os papéis. O terreno não está na área do parque", assegura. Desde que adquiriu a área, há quatro anos, a posse da terra é garantida por liminares. "Só quero construir casa para a minha família. Nasci e cresci em Brasília e também tenho direito a um lugar para morar", apela ele, que promete erguer cerca no local, mesmo diante de represálias.

Segundo a Administração Regional, a liminar judicial garante apenas a posse da terra. A construção de prédios só pode ser feita com alvará, concedido pela própria Administração.

O promotor de Defesa Urbanística, Wilton Lima, reforça a defesa do patrimônio público. "O que há é um aproveitamento do terreno, já que o governo não tem condições de manter uma fiscalização permanente que proíba essa prática. Mas a maior dificuldade são os juízes que concedem liminares sem argumentação", afirma Lima.

"Já fizemos várias retiradas naquele local. Vamos continuar proibindo a construção e exercendo o nosso poder de polícia", garante o diretor de Fiscalização da Administração de Taguatinga, Jonas da Silva Filho.

A área onde foi aberta a vala não é a única a sofrer a ação dos grileiros do TaguaPark — embora ali não haja novas construções. Entre 30% e 40% da área total do parque (de 1,3 milhão de m<sup>2</sup>) já se encontram parcelados, vendidos e construídos. A invasão vai do setor QNA até o QNG, fazendo fronteira com a Colônia Agrícola Vicente Pires, que fica próxima à Estrutural.

